

**TCU suspende temporariamente reuniões da Secex Consenso após decreto da AGU sobre o tema**• julho 11, 2024 <https://agenciainfra.com/blog/2024/07/11/>

Sheyla Santos, da Agência INFRA

O presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), Bruno Dantas, determinou a suspensão temporária de todas as reuniões das comissões de solução consensual da Secex Consenso (Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos) em atividade.

Em nota enviada à **Agência INFRA**, a corte de contas informou que o tribunal tomou conhecimento do [Decreto 12.091/2024](https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040e1fc0f&id=9d3bbbfc81&e=f0fa444791) (<https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040e1fc0f&id=9d3bbbfc81&e=f0fa444791>), que institui a *Resolve* (Rede Federal de Mediação e Negociação), capitaneada pela AGU (Advocacia Geral da União) em 3 de julho, dia de sua publicação no DOU (Diário Oficial da União).

"Embora suas disposições sejam quase integralmente dirigidas ao Poder Executivo, as secretarias do TCU estão examinando eventuais repercussões nos processos em curso na Corte", disse o TCU, acrescentando que, até que essa análise seja concluída, as reuniões de solução consensual permanecem suspensas.

**Nova câmara de consenso**

O decreto que institui a *Resolve* foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e o advogado-geral da União, Jorge Messias. Segundo o decreto, a *Resolve* deverá "organizar, promover e aperfeiçoar o uso da autocomposição de conflitos", por meio de mediação e negociação em que órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sejam partes. O texto não menciona a participação da corte de contas nos casos conduzidos pelo órgão do Executivo.

Conforme mostrado em [reportagem](https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040e1fc0f&id=5dd4483b772&e=f0fa444791) (<https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040e1fc0f&id=5dd4483b772&e=f0fa444791>) da **Agência INFRA** publicada em 5 de julho, a AGU pediu à corte de contas para participar dos processos de solução consensual que tramitam no TCU no âmbito da Secex Consenso. Atualmente, a direção da AGU não participa das reuniões de negociações no tribunal.

O pedido de participação foi apresentado pela AGU dentro do processo que tratou da solução consensual do setor de telefonia fixa da empresa Oi. O órgão apontou haver "a necessidade expressa de autorização do Advogado-Geral da União e Consultor-Geral da União para a realização do acordo" por determinação das leis 9.469/1997 e 13.327/2016.

E também porque o [Decreto 10.201/2020](https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040e1fc0f&id=485f3798c06&e=f0fa444791) (<https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040e1fc0f&id=485f3798c06&e=f0fa444791>) estabelece que a realização de acordos ou transações que envolvam créditos ou débitos com valor igual ou superior a R\$ 50 milhões depende de "prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado a cuja área de competência estiver afeto o assunto".

No entanto, já foram fechados acordos com valores superiores a esse sem que a direção da AGU tivesse feito parte da mesa de negociação do TCU. O relator do processo da Oi, ministro Jorge Oliveira, lembrou que o governo e as agências reguladoras têm entre seus procuradores representantes da AGU e ratificou o acordo com a Oi mesmo sem a chancela do advogado-geral.

**Composição da Resolve**

Em nota enviada à **Agência INFRA**, a AGU afirmou que a Presidência da República estabeleceu a entidade como gestora do órgão central do comitê responsável da *Resolve*. A câmara de mediação é composta por um comitê gestor, órgão superior que tem a participação de ministros de diversos órgãos federais, entre os quais a Casa Civil e os ministérios da Fazenda e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Na visão da AGU, em vez de estabelecer a criação de uma nova câmara, a *Resolve* dará apenas "novas atribuições a órgãos já existentes". "O papel central da *Resolve* é fortalecer a agenda da consensualidade na Administração Pública Federal. Para isso, ela buscará sistematizar todos os procedimentos e iniciativas de mediação e negociação já existentes dentro do Poder Executivo", disse a entidade em nota.

**Relação com TCU**

Perguntada se o TCU teria sido excluído da nova câmara, a AGU diz que, "na verdade, o TCU não foi excluído do *Resolve*", visto que o decreto prevê, em seu artigo 9º, o estabelecimento de parcerias entre a câmara e "outros órgãos e entidades com competência para lidar com mediação ou negociação".

Nesse sentido, complementa, a iniciativa do Executivo "reforça a consensualidade que vem sendo buscada, alcançada e continuamente aprimorada pelo trabalho do TCU por meio da SecexConsenso". A AGU ressalta que, do ponto de vista formal, o TCU é órgão auxiliar do Poder Legislativo, não podendo, portanto, ser incluído na estrutura da *Resolve*, que sistematiza iniciativas de mediação existentes no Poder Executivo.

No entendimento da entidade, com a existência da *Resolve*, a atuação de órgãos e autarquias federais perante a Secex Consenso será feita de forma "ainda mais racional, organizada e estruturada". "A AGU também está segura de que, tendo o TCU como parceiro, a *Resolve* fortalecerá de forma efetiva a agenda da consensualidade na Administração Pública Federal", finaliza.

**Críticas de outras entidades**

A SecexConsenso é uma iniciativa de Dantas do início de 2023. Seu propósito, segundo o tribunal, é contribuir para a efetividade de políticas públicas e a segurança jurídica de "soluções tempestivas construídas de modo colaborativo e célere com a sociedade e os entes públicos". A nova secretaria teve suas competências definidas na [IN \(Instrução Normativa\) 91/2022](https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040e1fc0f&id=1c0d415497&e=f0fa444791) (<https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040e1fc0f&id=1c0d415497&e=f0fa444791>), posteriormente alterada pela [IN 92/2023](https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040e1fc0f&id=718cf42562&e=f0fa444791) (<https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040e1fc0f&id=718cf42562&e=f0fa444791>).

Nesse período, foram apresentados 28 processos de solução consensual por diversos ministérios e agências reguladoras. Seis foram solucionados, entre eles dois processos do setor de ferrovia, um do setor de aeroporto e dois de energia, além do processo da Oi. Houve também processos que não chegaram a acordo.

Diversos ministérios do governo vêm apostando nessa solução para conseguir repactuações de contratos com concessionárias inadimplentes, como é o caso dos setores de rodovias e aeroportos, com esperança de retomada de investimentos mais rápido do que pelas diferentes modalidades de licitação, os contratos. No entanto, essas soluções têm se alongado mais que as expectativas iniciais e estão ganhando maior oposição a cada dia.

### “Desvirtuamento finalístico”

Em nota publicada na última terça-feira (9), o Instituto Não Aceito Corrupção, presidido por Roberto Livianu, procurador de Justiça de São Paulo, criticou a Secex Consenso a partir de uma reportagem da revista Plauil sobre o tema. A reportagem original está [neste link](https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040efc0f&id=1b1d3755496e=f0fa444791) (<https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040efc0f&id=1b1d3755496e=f0fa444791>).

Segundo a entidade, “têm sido costurados acordos geradores de benefícios bilionários indevidos em relação a dívidas para com o patrimônio público, de forma conveniente aos interesses políticos do Governo Federal”. A entidade acrescenta que há “desvirtuamento finalístico” no âmbito desses processos.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já havia feito críticas ao modelo no ano passado, alegando que o tribunal não teria competência para tratar do tema. Neste ano, relatório da liderança da oposição do Senado já havia apontado problemas no modelo que está em avaliação para a repactuação de contratos aeroportuários.

Em maio, Dantas chegou a falar em tentativa de [sabotagem](https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040efc0f&id=2c433a854c6e=f0fa444791) (<https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040efc0f&id=2c433a854c6e=f0fa444791>) da câmara de consenso, ao comentar que a iniciativa estaria recebendo oposição por parte de quem, em sua visão, teria interesse em ver contratos paralisados. “Felizmente, não temos medo de latido forte”, disse o ministro na ocasião.

Depois, em evento convocado pelo próprio TCU, Dantas rebateu parte das críticas e anunciou algumas mudanças no modelo para dar maior transparência aos processos de repactuação. Reportagens [neste link](https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040efc0f&id=92ddb0a0e0&e=f0fa444791) (<https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040efc0f&id=92ddb0a0e0&e=f0fa444791>) e [neste link](https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040efc0f&id=479579483e&e=f0fa444791) (<https://agenciainfra.us14.list-manage.com/track/click?u=d460dd1bcf9ba0ae040efc0f&id=479579483e&e=f0fa444791>).

### Tags:

Advocacia Geral da União (<https://agenciainfra.com/blog/tag/advocacia-geral-da-uniao-2/>), AGU (<https://agenciainfra.com/blog/tag/agu/>), Arthur Lira (<https://agenciainfra.com/blog/tag/arthur-lira/>), Bruno Dantas (<https://agenciainfra.com/blog/tag/bruno-dantas/>), Câmara de Consenso (<https://agenciainfra.com/blog/tag/camara-de-consenso/>), Consenso (<https://agenciainfra.com/blog/tag/consenso/>), Decreto (<https://agenciainfra.com/blog/tag/decreto/>), Decreto 12.091/2024 (<https://agenciainfra.com/blog/tag/decreto-12-091-2024/>), Diário Oficial (<https://agenciainfra.com/blog/tag/diario-oficial/>), DDU (<https://agenciainfra.com/blog/tag/ddu/>), Esther Dweck (<https://agenciainfra.com/blog/tag/esther-dweck/>), Jorge Messias (<https://agenciainfra.com/blog/tag/jorge-messias/>), Jorge Oliveira (<https://agenciainfra.com/blog/tag/jorge-oliveira/>), Luiz Inácio Lula da Silva (<https://agenciainfra.com/blog/tag/luiz-inacio-lula-da-silva/>), Lula (<https://agenciainfra.com/blog/tag/lula/>), Mediação e Negociação (<https://agenciainfra.com/blog/tag/mediacao-e-negociacao/>), Prevenção de Conflitos (<https://agenciainfra.com/blog/tag/prevencao-de-conflitos/>), Resolva (<https://agenciainfra.com/blog/tag/resolva/>), Roberto Livianu (<https://agenciainfra.com/blog/tag/roberto-livianu/>), Secex Consenso (<https://agenciainfra.com/blog/tag/secex-consenso/>), SecexConsenso (<https://agenciainfra.com/blog/tag/secexconsenso/>), solução consensual (<https://agenciainfra.com/blog/tag/solucao-consensual/>), TCU (<https://agenciainfra.com/blog/tag/tcu/>)

### Notícias Relacionadas



(<https://agenciainfra.com/blog/deputado-diz-que-agencias-nao-devem-ser-submetidas-a-ingerencia-pec-deve-ficar-para-2025/>)

**Deputado diz que agências não devem ser submetidas à ingerência; PEC deve ficar para 2025** (<https://agenciainfra.com/blog/deputado-diz-que-agencias-nao-devem-ser-submetidas-a-ingerencia-pec-deve-ficar-para-2025/>)

6 de novembro de 2024



(<https://agenciainfra.com/blog/ministro-diz-que-eletronbras-tem-colocado-condicoes-que-impedem-acordo-com-o-governo/>)

**Ministro diz que Eletrobras tem colocado condições que impedem acordo com o governo** (<https://agenciainfra.com/blog/ministro-diz-que-eletronbras-tem-colocado-condicoes-que-impedem-acordo-com-o-governo/>)

6 de novembro de 2024



(<https://agenciainfra.com/blog/ministro-anuncia-leiloes-de-102-aeroportos-regionais-em-2025-consulta-deve-iniciar-em-30-dias/>)

**Ministro anuncia leilões de 102 aeroportos regionais em 2025. Consulta deve iniciar em 30 dias** (<https://agenciainfra.com/blog/ministro-anuncia-leiloes-de-102-aeroportos-regionais-em-2025-consulta-deve-iniciar-em-30-dias/>)

6 de novembro de 2024



(<https://agenciainfra.com/blog/aneel-pedidos-de-vistorao-prazos-menores-apos-demora-em-processo-sobre-indenizacao-as-transmissoras/>)

**ANEEL pedidos de vista terão prazos menores após demora em processo sobre indenização às transmissoras** (<https://agenciainfra.com/blog/aneel-pedidos-de-vistorao-prazos-menores-apos-demora-em-processo-sobre-indenizacao-as-transmissoras/>)

6 de novembro de 2024

### Compartilhe essa Notícia

Facebook

Twitter

LinkedIn



[agenciainfra.com/blog/nossos-produtos/](https://agenciainfra.com/blog/nossos-produtos/)

### Últimas Notícias



(<https://agenciainfra.com/blog/deputado-diz-que-agencias-nao-devem-ser-submetidas-a-ingerencia-pec-deve-ficar-para-2025/>)

**Deputado diz que agências não devem ser submetidas à ingerência; PEC deve ficar para 2025** (<https://agenciainfra.com/blog/deputado-diz-que-agencias-nao-devem-ser-submetidas-a-ingerencia-pec-deve-ficar-para-2025/>)

6 de novembro de 2024



(<https://agenciainfra.com/blog/ministro-diz-que-eletronbras-tem-colocado-condicoes-que-impedem-acordo-com-o-governo/>)

**Ministro diz que Eletrobras tem colocado condições que impedem acordo com o governo** (<https://agenciainfra.com/blog/ministro-diz-que-eletronbras-tem-colocado-condicoes-que-impedem-acordo-com-o-governo/>)

6 de novembro de 2024